



Faculdade de Direito de Varginha

- Reconhecida pelo decreto nº 68.179, de 8 / 2 / 1971
- Rua José Gonçalves Pereira, 112 – Vila Pinto – Varginha, MG
- CEP 37.010-500 – PABX/Fax: (35) 3221 1900
- Home Page: www.fadiva.edu.br
- e-mail: secretaria@fadiva.edu.br

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
CURSO	DIREITO	TURNOS Diurno e Noturno
DISCIPLINA	DIREITO EMPRESARIAL I	ANO 2º
DEPARTAMENTO	DIREITO PRIVADO	CARGA HORÁRIA 120 Horas-aula
		ANO LETIVO 2011

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Familiarizar o aluno com os conceitos básicos do Direito Comercial e com o seu desenvolvimento histórico nos diversos países e no Brasil.

Conscientizar o aluno da importância do Direito Comercial/Empresarial no mundo jurídico e na vida prática dos cidadãos, que estão em contínuo relacionamento comercial no modelo em que vivemos.

Revelar ao aluno a importância do Direito de Empresa, tema que, agora regido pelo Novo Código Civil Brasileiro, regula as normas fundamentais do Direito Comercial.

Conscientizar o aluno que a autonomia legislativa de determinado ramo do direito resulta de uma opção do legislador. O fato do Direito Comercial possuir as suas normas fundamentais inseridas em um Código ao lado das normas do Direito Civil não prejudica sua autonomia jurídica, que permanece incólume.

EMENTA

Conhecimento das noções fundamentais pertinentes ao Direito Comercial I / Empresarial I no mundo jurídico e na sociedade e a aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

PROGRAMA

1. NOÇÕES DO DIREITO COMERCIAL

- Conceitos Gerais

- a) Conceito econômico de comércio;
- b) Conceito jurídico de comércio;
- c) Direito Econômico;
- d) Direito Comercial.

- Formação histórica do Direito Comercial

- a) Origens do Direito Comercial como disciplina histórica dos comerciantes (conceito subjetivo);
- b) O Direito Comercial como disciplina dos atos de comércio (conceito objetivo);
- c) O Direito Comercial como o direito das empresas (conceito moderno);
- d) Histórias do Direito Comercial no Brasil.

- Autonomia do Direito Comercial

- a) Dicotomia do Direito Privado;
- b) A defecção e retratação de Vivante;
- c) A dicotomia no direito brasileiro;

d) Tentativas de unificação no Brasil.

- Matéria Comercial

Conteúdo da Matéria Comercial.

- Fontes do Direito Comercial

- a) Conceito de fontes do Direito Comercial;
- b) Exclusão do Direito Civil;
- c) Leis Comerciais;
- d) Usos comerciais.

- O espírito do Direito Comercial

As características do Direito Comercial.

2. A EMPRESA

- Noção Econômica e Jurídica de Empresa

- a) Noção econômica de empresa;
- b) Noção jurídica de empresa.

- Desenvolvimento do conceito jurídico de empresa

- a) O conceito de empresa no direito francês;
- b) O conceito de empresa no direito italiano;
- c) O conceito de empresa no direito brasileiro;
- d) A empresa, uma abstração;
- e) A empresa como objeto de direito;
- f) Distinção entre empresa e sociedade;
- g) Espécies de empresa.

- Do Direito de Empresa – Novo Código Civil Brasileiro.

3. O EMPRESÁRIO

- Noção de Empresário

- a) Conceito de Empresário.

- A Antiga Figura de Comerciante

- a) Caracterização de comerciante;
- b) Qualificação de comerciante no Direito Comercial Brasileiro;
- c) Sistemas de qualificação de comerciante.

- Condições para o Exercício da Atividade Empresarial

- a) Requisitos para o exercício da atividade empresarial;
- b) Capacidade;
- c) A mulher casada;
- d) Incapacidade;
- e) O menor comerciante;
- f) Autorização para comerciar;
- g) Suprimento de autorização;
- h) O menor como sócio de sociedade comercial;
- i) A incapacidade do interdito para exercer o comércio;
- j) Incompatibilidade para o exercício da atividade comercial;
- k) Proibição dos funcionários públicos;
- l) Extensão de proibição;
- m) Consequências da violação da proibição;
- n) O comércio pela mulher do proibido de comerciar;
- o) Proibição do Comércio pelo falido.

- A atividade empresarial pelo Estrangeiro

- a) O exercício da atividade empresarial pelo estrangeiro residente no país;
- b) O exercício da atividade empresarial do residente no exterior.

4. REGISTRO DAS EMPRESAS

- a) Os antigos tribunais do comércio;
- b) A criação das juntas comerciais;
- c) Departamento do registro do comércio;
- d) Composição das juntas comerciais;
- e) Atribuições e competência das juntas comerciais;
- f) A competência para conhecimento de questões judiciais;
- g) Efeitos do registro de comércio;
- h) Conteúdo do registro do comércio;
- i) A matrícula;
- j) O arquivamento;
- k) O registro;
- l) Assentamento dos usos e costumes mercantis;
- m) Proibições de registro e saneamento da atividade mercantil;
- n) Regime sumário de registro e arquivamento;
- o) Cadastro Geral dos Comerciantes e das Sociedades Mercantis;
- p) Tributação em atos do registro de Comércio.

- Registro da Propriedade Industrial

- a) Registro dos bens incorpóreos;
- b) Código de propriedade industrial;
- c) Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI);
- d) Processo administrativo de concessão do privilégio e do registro.

5. OBRIGAÇÕES DOS EMPRESÁRIOS

- Obrigação do Registro das Contas

- a) História do registro das contas;
- b) Obrigações comuns a todos os empresários comerciais;
- c) Contabilidade. Auditoria contábil independente.

- Livros Comerciais: Sistemas legais

- a) Livros obrigatórios comuns;
- b) Livros obrigatórios especiais;
- c) Livros facultativos;
- d) Livros fiscais;
- e) Fichas contábeis;
- f) Sistema eletrônico de escrituração;
- g) Microfilmagem de livros e fichas contábeis;
- h) Legalização dos livros mercantis.

- O Valor Probante dos Livros Comerciais

- a) Força probatória dos livros comerciais;
- b) Exibição dos livros comerciais;
- c) Exibição total;
- d) Exibição parcial;
- e) Recusa de exibição judicial;
- f) Exibição dos livros à fiscalização tributária;
- g) O sigilo dos livros comerciais;
- h) Conservação da escrituração comercial.

6. COLABORADORES DA EMPRESA

- Noções Gerais

- a) Conceito e classificação;
- b) Natureza jurídica da colaboração.

- Auxiliares Dependentes Internos

- a) Espécies de auxiliares dependentes;
- b) Gerentes e empregados. Guarda-livros.

- Auxiliares Dependentes Externos

- a) Vendedores, viajantes e praticistas: auxiliares independentes: corretores, conceito, corretores de mercadorias, corretores de navios, natureza jurídica da corretagem, condições de exercício da atividade, limitações do exercício da atividade, livros essenciais dos corretores;
- b) Leiloeiros: conceito, natureza jurídica, condição do exercício da atividade, livros essenciais dos leiloeiros;
- c) Representantes comerciais: origem, conceito, natureza jurídica, natureza mercantil da atividade, opinião dos autores nacionais, a doutrina estrangeira, a questão em face do conceito de empresa, tipos de atividade, remuneração (comissão), rescisão do contrato, indenização e aviso prévio, conselho de representantes comerciais.

7. ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

- Nome

- a) Conceito;
- b) Natureza Jurídica;
- c) Espécies de nome comercial;
- d) Sistemas legislativos;
- e) Sistema da veracidade;
- f) Sistema da liberdade plena;
- g) Sistema eclético;
- h) Nomes não registráveis;
- i) Alienabilidade do nome comercial.

- Marcas de Indústria, de Comércio e de Serviço

- a) Conceito;
- b) Origem;
- c) Natureza Jurídica;
- d) Requisitos das marcas;
- e) Originalidade;
- f) Novidade;
- g) Licitude;
- h) Modalidades de uso;
- i) Tipos de marcas;
- j) Espécies de marcas;
- k) Processo de registro de marcas;
- l) Cancelamento administrativo do registro;
- m) Prazo de vigência do registro;
- n) Cessão;
- o) Transferência e contrato de exploração de marca;
- p) Ação de nulidade do registro.

8. ELEMENTOS DO EXERCÍCIO DA EMPRESA:

- Estabelecimento

- a) Noção;
- b) Natureza jurídica;
- c) Estabelecimento principal, filiais e sucursais;
- d) Cessão ou venda, penhor e desapropriação do estabelecimento comercial;
- e) Bens corpóreos;
- f) Outros bens incorpóreos.

- Título de Estabelecimento:

- a) Conceito;
- b) Limites do registro;
- c) Requisitos do registro de título de estabelecimento e insígnia;
- d) Cessão e transferência;
- e) Títulos de estabelecimento não registráveis.

- Invenção, Modelo de Utilidade, Modelo e Desenho Industriais

- a) Invenção – conceito;
- b) Modelo de utilidade – conceito;
- c) Modelo e desenho industriais – conceito;
- d) Origem;
- e) Natureza jurídica;
- f) Condições legais para concessão do privilégio;
- g) Requisitos para concessão do privilégio;
- h) Garantia de Prioridade;
- i) Invenções não privilegiáveis;
- j) Processo administrativo de concessão do privilégio;
- k) Transferência do privilégio;
- l) Concessão de licença para a exploração do privilégio;
- m) Licença obrigatória;
- n) Invenção de interesse da segurança nacional – desapropriação;
- o) Invenção de empregados;
- p) Extinção e caducidade do privilégio;
- q) Ação de nulidade do privilégio.

9. ATRIBUTOS DA EMPRESA

- O Aviamento

- a) Razão de ordem;
- b) Conceito.

- Clientela

- a) Conceito;
- b) Natureza jurídica do aviamento e da clientela;
- c) Tutela jurídica da clientela - repressão à concorrência desleal;
- d) Conceito;
- e) Atos de concorrência desleal;
- f) Atos que criam confusão;
- g) Desvio de clientela;
- h) Atos contrários à moralidade;
- i) Atos que não constituem concorrência desleal;
- j) Convenções de não-concorrência;
- k) Convenções ilícitas;
- l) Convenções lícitas;
- m) Cláusula de não-restabelecimento;
- n) Cláusula de não-concorrência em contrato de trabalho;
- o) Cláusula de não-concorrência em contrato social;
- p) Convenções de exclusividade;
- q) Condições de validade das cláusulas respectivas de concorrência.

10. NOÇÕES GERAIS DE SOCIEDADES

- Noções

- a) Conceito;
- b) Terminologia: associação, sociedade, companhia e empresa;
- c) Desenvolvimento histórico das sociedades comerciais;
- d) Classificação das sociedades comerciais.

11. O ATO CONSTITUTIVO DAS SOCIEDADES

- Natureza Jurídica do Ato Constitutivo

- a) Ato constitutivo;
- b) Teorias anticontratalistas;
- c) Teoria do ato corporativo, do ato de fundação ou do ato de união;
- d) Teoria da instituição;]
- e) Teorias contratualistas.

- Personalidade Jurídica

- a) Conceito;
- b) A personalidade jurídica no direito brasileiro;
- c) Problemas decorrentes da personificação;
- d) A doutrina do superamento da personalidade jurídica (disregard of legal entity);
- e) Aquisição da personalidade jurídica (sociedades irregulares);
- f) Efeitos da personalidade jurídica.

- O Contrato da Sociedade

- a) Elementos do contrato;
- b) Elementos comuns;
- c) Elementos específicos;
- d) Pluralidade de sócios;
- e) Constituição do capital social;
- f) "Affectio Societatis";
- g) Co-participação nos lucros e nas perdas;
- h) Princípio da maioria e da alteração do contrato social.

12. VÁRIOS TIPOS DE SOCIEDADES DE PESSOAS

- Tipicidade das Sociedades de Pessoas

- a) Razão de Ordem;
- b) Sociedade em comum;
- c) Sociedade em conta de participação;
- d) Sociedade simples;
- e) Sociedade em nome coletivo;
- f) Sociedade em comandita simples;

- A Figura do Sócio

- a) Terminologia;
- b) Aquisição da qualidade de sócio;
- c) Amplitude da responsabilidade de sócio;
- d) Responsabilidade ilimitada do sócio que ingressa;
- e) Responsabilidade ilimitada do sócio que se retira;
- f) Responsabilidade ilimitada do sócio cessionário;
- g) Ingresso e retirada do sócio e o patrimônio social;
- h) Responsabilidade do sócio na liquidação da sociedade.

- A Gerência ou Administração

- a) Noção;
- b) Delegação das funções de gerente;
- c) Gerência de sócio-pessoa jurídica;
- d) Nomeação e destituição do gerente;
- e) Remuneração do gerente ou administrador;
- f) O uso da razão social;
- g) Restrições contratuais aos poderes do gerente ou administrador.

13. SOCIEDADE LIMITADA

- Noções Gerais

- a) Conceito;
- b) Aparecimento e desenvolvimento histórico;
- c) A introdução das sociedades por cotas no Brasil;
- d) O laconismo da lei;
- e) Classificação da sociedade;
- f) O personalismo da sociedade por cotas.

- A Constituição da Sociedade

- a) O contrato social;
- b) O contrato social entre cônjuges;
- c) Alteração do contrato social por maioria.

- A Cota Social

- a) A estrutura das cotas;
- b) Natureza jurídica das cotas;
- c) Cessibilidade das cotas;
- d) A impenhorabilidade das cotas;
- e) A aquisição de cotas pela sociedade.

- O Sócio cotista

- a) Generalidades;
- b) Sócio menor de idade;
- c) A exclusão do sócio remisso;
- d) A solidariedade entre os sócios;
- e) O recesso do sócio;
- f) A cessão de cotas e a alteração do contrato social;
- g) A responsabilidade ilimitada dos sócios cotistas.

- A Administração da Sociedade

- a) A gerência;
- b) A escolha do sócio-gerente;
- c) A delegação de gerência;
- d) Responsabilidade do sócio gerente;
- e) O abuso e o uso indevido da razão social.

14. SOCIEDADES ANÔNIMAS

- Noções gerais

- a) Comissão de valores imobiliários;
- b) A natureza da sociedade anônima;
- c) Classificação das sociedades anônimas;
- d) Particularidades de certas sociedades anônimas;
- e) Sociedade anônima dependente de autorização governamental;
- f) O capital social e sua alteração;
- g) Aumento do capital social;
- h) Redução do capital social;
- i) Os valores mobiliários;
- j) Considerações gerais;
- k) As ações;
- l) Espécies e formas de ações;
- m) Constituição de direitos reais e outros ônus;
- n) Custódia de ações fungíveis;
- o) Resgate, amortização e reembolso das ações;
- p) Partes beneficiárias;
- q) As debêntures;
- r) Bônus de subscrição;

- s) Constituição da sociedade anônima;
- t) Disposições gerais;
- u) Os livros sociais;
- v) O acionista e o controle da sociedade anônima;
- w) Obrigações e direitos dos acionistas;
- x) O direito de voto nas assembleias;
- y) O acordo dos acionistas;
- z) Suspensão dos direitos do acionista;
- aa) Os órgãos sociais;
- bb) A teoria organicista;
- cc) As assembleias gerais;
- dd) Assembleia geral extraordinária;
- ee) Assembleia ordinária;
- ff) O sistema de administração;
- gg) A diretoria;
- hh) Normas comuns aos administradores;
- ii) Deveres dos administradores;
- jj) A responsabilidade dos administradores;
- kk) Órgãos técnicos e consultivos;
- ll) Conselho fiscal;
- mm) As demonstrações financeiras;
- nn) Os resultados financeiros;
- oo) A transformação da sociedade;
- pp) Incorporação, fusão e cisão da sociedade;
- qq) Procedimento;
- rr) Incorporação de companhia controlada;
- ss) Concentração econômica das empresas;
- tt) Noções gerais;
- uu) Sociedades coligadas, controladoras e controladas;
- vv) Alienação e aquisição de controle;
- ww) Aquisição do controle mediante oferta pública;
- xx) Grupos de sociedade;
- yy) Consórcio.

15. SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES

- Noção

- a) Desprestígio das comanditas por ações;
- b) A ressurreição das comanditas por ações.

16. NORMAS GERAIS DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

- a) Prazos especiais de prescrição;
- b) Disposições gerais. Disposições transitórias.

17. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DAS SOCIEDADES

- a) Considerações gerais;
- b) Dissolução total da sociedade;
- c) Dissolução parcial da sociedade;
- d) Liquidação das sociedades de pessoas;
- e) Dissolução da sociedade anônima.

18. CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- a) Conceitos;
- b) Direitos básicos do consumidor;
- c) Responsabilidade pelo fato e pelo vício do produto e do serviço;
- d) Práticas comerciais;
- e) Cláusulas abusivas;

- f) Infrações Administrativas e Penais;
- g) Defesa do consumidor em Juízo;
- h) Defesa individual e coletiva.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Observar-se-á o Regimento.

Os alunos farão duas provas semestrais escritas e duas provas escritas sobre temas previamente dados para pesquisa. Farão trabalhos para a finalidade de notas e conceito, influenciando, também, na nota de conceito, a frequência, as arguições orais, a participação nas aulas e nos debates. Obtendo, como média, a nota mínima de 7 (sete), estarão promovidos. Caso contrário, serão submetidos a exame final escrito, devendo, para efeito de aprovação, obter, na extração da média, a nota mínima de 5 (cinco).

METODOLOGIA

Na metodologia a ser utilizada, dar-se-á ênfase às técnicas pedagógicas. O programa será desenvolvido através de aulas expositivas e práticas, trabalhos individuais ou em grupo, debates e palestras. As visitas à biblioteca da Faculdade serão incentivadas. Sempre que possível e com o comparecimento obrigatório dos alunos, haverá palestras e conferências por renomados mestres da área do Direito Comercial.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

CÓDIGO COMERCIAL.

CÓDIGO CIVIL.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de Direito Comercial*, Editora Saraiva: São Paulo, 2009.

_____. *Curso de Direito Comercial*, 2 volumes, Editora Saraiva: São Paulo, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2009.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*, 2 volumes, Editora Saraiva, São Paulo.

CAVALCANTI, Francisco. *Comentários ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor*, Editora Del Rey: Belo Horizonte.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. *Sociedades Limitadas*. Editora Atlas, 2007.

ALBUQUERQUE, J.B. Torres. *Recuperação de empresa e a nova Lei de Falência*. Editora LED.

Revista de Direito do Consumidor. MARQUES, Claudia Lima. Editora Revista dos Tribunais.

COORDENAÇÃO DO CURSO

Aprovado: 21/1/2011

Prof. Francisco Vani Bemfica